



O CARÁTER VINCULANTE DA TESE DEFINIDA ATRAVÉS DO JULGAMENTO DE UM INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS

Patrícia Cristina Moreira
Silvio Guilherme Reolon de Costa
Carlos Eduardo Amador Costa
Gustavo Barbosa Camargo
William Soares Pugliese

Resumo

O presente estudo examina o caráter vinculante da tese jurídica firmada em sede do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) no contexto do sistema processual brasileiro, situando-se no campo do direito processual civil com enfoque nos direitos fundamentais, na segurança jurídica, na igualdade e na uniformização da jurisprudência. O problema central parte da constatação de que a crescente litigiosidade e a multiplicidade de decisões conflitantes comprometem a previsibilidade e a confiança no sistema judicial, tornando necessária a consolidação de instrumentos capazes de garantir tratamento isonômico entre os jurisdicionados. O estudo justifica-se pela relevância prática e teórica do IRDR como mecanismo de racionalização da litigiosidade e de fortalecimento da democracia, ao estabelecer precedentes obrigatórios que asseguram estabilidade e coerência interpretativa no âmbito dos tribunais. O objetivo é analisar a eficácia normativa e os limites do IRDR enquanto precedente vinculante, à luz dos artigos 926, 927 e 985 do Código de Processo Civil, destacando seus impactos na uniformização das decisões e na concretização dos princípios constitucionais da igualdade e da segurança jurídica. O método utilizado é dedutivo e bibliográfico, com base na interpretação normativa e na revisão doutrinária e jurisprudencial de diversos autores. Os resultados demonstram que o IRDR constitui importante avanço para a formação de precedentes obrigatórios e para a construção de um sistema mais previsível e coerente, ao permitir que uma tese jurídica, firmada em um caso representativo, vincule juízes e órgãos fracionários do mesmo tribunal. Todavia, sua aplicação prática enfrenta desafios, como a resistência cultural à vinculação dos precedentes, a utilização do incidente apenas como instrumento de gestão processual e a morosidade no julgamento. Conclui-se que, embora o IRDR represente relevante inovação processual voltada à efetivação da igualdade e da segurança jurídica, sua efetividade depende da adesão dos magistrados e da consolidação de uma cultura de precedentes, pautada pela coerência, integridade e estabilidade das decisões judiciais, a fim de garantir um direito mais previsível e democrático.

Palavras-chave: IRDR; direitos fundamentais; segurança jurídica; igualdade; uniformização jurisprudencial.